

normas, inclusive, nos casos reiterada conduta antissocial, deverá ser aplicada a penalidade majorada consoante estabelece o art. 1.336, §2º, do Código Civil de 2002.

Parágrafo Quinto: Fica estabelecido que os Condôminos não respondem pessoalmente pelas obrigações contratuais do Condomínio

Parágrafo Sexto: Em caso de descumprimento de qualquer disposição da Convenção, do Regimento Interno ou do Regulamento do Condomínio do Lagos, ou qualquer decisão da Assembleia Geral, Conselho Consultivo ou do Síndico, será encaminhado notificação ao infrator, com a descrição da infração e do ato normativo infringido, bem como da penalidade aplicada ao caso, tendo este prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do dia seguinte do recebimento da notificação para a apresentação de defesa, ou, sendo o caso, regularizar o objeto da notificação, pelo mesmo prazo.

Parágrafo Sétimo: Apresentada a defesa, o Síndico terá até 15 (quinze) dias para decidir sobre o caso, ou em caso de regularização noticiada, deverá atestar a mesma, após vistoria, pelo mesmo prazo, podendo ser prorrogado por igual período, caso haja necessidade.

Parágrafo Oitavo: Caso não seja apresentada defesa, ou a mesma tenha sido julgada improcedente e, ainda, caso não haja regularização ou esta não seja adequada, a diretoria autuará o infrator, implicando as penalidades conforme o caso concreto, com base nos normativos do condomínio.

Parágrafo Nono: Da decisão do Síndico, referida no parágrafo anterior, poderá o condômino apresentar recurso ao Conselho Consultivo do Condomínio, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da autuação, sendo facultada assistência de advogado.

Parágrafo Décimo: Os recursos das multas não terão efeitos suspensivos, ou seja, mesmo que o condômino recorra, deverá ser dado cumprimento a penalidade e a multa, que será imediatamente incluída no boleto de cobrança de taxa condominial a vencer no mês subsequente à infração.

Parágrafo Décimo Primeiro: Caso o recurso interposto pelo Condômino seja julgado procedente e revertida a penalidade em favor do autuado, o valor arrecadado a título de multa será revertido em crédito em favor do imóvel, deste para custeio das futuras taxas condominiais.

CAPÍTULO IV – ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

SEÇÃO "A" DA ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO

Artigo 9º - A administração do Condomínio será exercida por um Síndico, exclusivamente condômino ou morador, eleito em Assembleia Geral, com mandato 02 (dois) anos, com remuneração definida em na Assembleia Constituinte, definindo também a forma de correção e reajuste, podendo ser reeleito por mais 2 (dois) mandatos consecutivos;

